

# Volcker acha que Brasil poderá obter facilidades

Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Board (Fed, o banco central dos Estados Unidos), declarou ontem ver "sinais concretos de progresso entre os principais países latino-americanos", e apontou aquele que, a seu ver, é o mais "crucial" elemento para uma solução dos problemas dos devedores: "a manutenção de mercados razoavelmente abertos".

Manifestando seu apoio integral à iniciativa dos bancos internacionais de negociarem uma solução de longo prazo para o problema da dívida mexicana, Volcker acentuou que o Brasil também poderá conseguir o reescalonamento de seus débitos em bases mais amplas. Os demais países, segundo ele, serão analisados caso a caso.

Após participar de uma reunião a portas fechadas mantida no âmbito da conferência monetária internacional, em Filadélfia, Volcker descartou a possibilidade de uma solução comum a todos os países endividados da América Latina. E também mostrou que não lhe agradam as soluções "criativas".

Tanto Volcker quanto Karl Otto Pfoel, presidente do Bundesbank da Alemanha Ocidental, são contrários à idéia de capitalização dos juros. Embora admita que isso é apenas uma técnica financeira subsidiária, a ser negociada como parte de um acordo global de financiamento, Volcker acha que "a capitalização tem alguns problemas". Participantes da conferência indicaram que um desses problemas, no entender de Volcker e Pfoel, é a possibilidade de o processo de capitalização aliviar as pressões sobre os devedores, gramas de ajustando seus problemas. Pfoel enfatizou que "há alternativa além do ajuste".



Paul Volcker

O secretário adjunto do Tesouro dos Estados Unidos, R. T. McNamar, se opôs vigorosamente à idéia de estabelecer um teto para as taxas de juros nos empréstimos concedidos aos devedores do Terceiro Mundo, classificando-a de uma "sugestão quase ingênua", apresentada por dilettantes.

"Acredito que é uma idéia cuja hora ainda não chegou", observou.

Em depoimento à comissão bancária do Senado norte-americano, McNamar declarou que não seria capaz, como autoridade governamental, de comparecer diante do Congresso para apoiar limites às taxas de juros pagas pelos devedores internacionais sem, ao mesmo tempo, apoiar tetos para os tomadores nacionais. Limites concedidos a um grupo de devedores, e não a outro, provocariam "um desequilíbrio questionável". E se o governo apoiasse a idéia, seria uma injustificada intromissão nas decisões privadas de crédito, argumentou.

"Francamente, acho que as pessoas que sugeriram (a idéia do limite) não pensaram bem sobre as implicações", concluiu McNamar.